

REUNIÃO ORDINARIA DA ASSEMBLEIA GERAL DA AI REALIZADA NO DIA 03-12-2016 EM LISBOA

Por ausência do titular do cargo de Presidente da MAG, Manuel Hipólito Almeida dos Santos, assumiu a presidência da Mesa o vice-Presidente, Ângelo Alberto Campelo de Sousa.

E, sendo 10.00 do dia 03.12.2016, não existindo quórum, o Presidente da MAG em exercício (PMAG), decidiu aguardar 30 minutos, para, em 2ª convocatória, se dar início à sessão.

A sessão da AG, em 2ª convocatória, foi iniciada às 10.33, verificando-se a presença dos membros constantes da lista de presenças anexas à presente ata. O PMAG em exercício, a pedido da Direção, suspendeu a AG, a fim de permitir que a empresa Multiset, ali representada por 3 dos seus colaboradores, pudesse fazer a apresentação de um sistema de voto no âmbito interno da Secção por meios eletrónicos.

Pelas 10:4, após a apresentação da Multiset, foi retomada a sessão da AG, iniciando-se com uma interpelação à Mesa por parte de um dos membros presentes, que pretendia saber qual tinha sido o objetivo da apresentação da Multiset, tendo sido respondido, por intermédio da Direção, que se tratara de aproveitar a presença dos membros para que aquela empresa fizesse uma breve apresentação do sistema de voto eletrónico, e pudesse dar a quem nisso mostrasse interesse os esclarecimentos pertinentes, sem que daí resultasse qualquer compromisso para a Secção.

Dando continuação aos trabalhos, o PMAG propôs à AG que a reunião fosse gravada, tendo obtido o assentimento unânime dos presentes.

De seguida, foi aprovada a Ordem de Trabalhos da AG, e definidos os *timings* da sessão, após o que se passou ao ponto 2 da OT – Aprovação da ata da reunião ordinária da AG de 2 de abril de 2016.

Interveio António Elói, afirmando que a ata não tinha em anexo as declarações de voto e, por isso, achava que não podia ser votada.

Luís Braga interveio sobre a página 13 da mesma ata.

Susana Gaspar, da Direção, interveio, esclarecendo a questão dos anexos e às atas da Direção.

O PMAG pediu a António Elói que formulasse a sua proposta por escrito.

Teresa Nogueira propôs que as declarações de voto fossem lidas.

Foi lida uma proposta de Teresa Nogueira sobre a leitura da declaração de voto (Anexo 1). Posta à votação esta proposta, registaram-se os seguintes votos: 4 votos a favor, 10 votos contra e 4 abstenções, tendo, por isso, a proposta sido rejeitada.

Luís Braga interpelou a Mesa sobre a forma de submeter as matérias discutidas a votação, defendendo que o PMAG teria de usar em todos os casos o mesmo critério, ao que o PMAG respondeu que é uma competência do Presidente da Mesa escolher a forma de submeter os assuntos a votação.

Colocada à votação a ata da AGO de 2 de abril de 2016 (Anexo 2), foi aprovada por 11 votos a favor e 6 abstenções.

Passou-se ao ponto 3 da OT: Aprovação da Acta da reunião extraordinária da AG de 24 de setembro de 2016 (Anexo 3).

Luísa Freitas interveio, aludindo a uma alteração proposta por Miguel Ferreira e, passando-a a escrito, entregou-a na Mesa, ficando a constituir o Anexo 4.

Após diversas intervenções críticas sobre a qualidade das atas, entre as quais a do membro António Elói, que qualificou a ata em causa de “imprópria” e “que envergonha a instituição”, o Secretário da MAG, Manuel Ferreira, na qualidade de principal responsável pela elaboração das atas, expôs o seu ponto de vista sobre os fundamentos a que deve obedecer a elaboração destes documentos.

Luísa Freitas leu a proposta de alteração por si apresentada, que se anexa. (Anexo 4).

Foi lida igualmente uma proposta de Teresa Nogueira de alteração da ata, que também se anexa. (Anexo 5).

Posta à votação a ata da AG de 24 de setembro de 2016, com as duas alterações atrás referidas, foi a mesma aprovada com 13 abstenções e 4 votos a favor.

Passou-se ao ponto 4 da OT: Apresentação, discussão e votação do PA e Orçamento para 2017.

Susana Gaspar e Faria de Castro, da Direção; Pedro Neto, Diretor Executivo; e Alexandra Fonseca, Diretora Financeira, apresentaram o Plano de Atividades e o Orçamento para 2017.

O PMAG pôs aqueles documentos à discussão, abrindo as inscrições para intervenções e pedidos de esclarecimentos dos presentes, esclarecendo que umas e outros versariam primeiro a apreciação e discussão na generalidade, a que se seguiria a apreciação e discussão na especialidade.

António Elói, intervindo na generalidade, afirmou ser notório no Orçamento o reforço da afetação dos recursos financeiros da Secção para o seu Corpo Central, sendo 80% do orçamento custos de burocracia e, entre estes 65% para pagamento de salários, considerando ser um corpo desproporcionado e excessivo para a visibilidade que a AI-Portuguesa tem.

Luís Braga referiu-se ao membro da Direção, Faria de Castro, sublinhado a confiança que ele lhe merece. E, referindo-se ao Plano Operacional, chamou a atenção para o facto de a AI, sendo uma organização de voluntários estar atualmente capturada pela burocracia. Referiu-se à questão da massa salarial e também à do voto eletrónico, defendendo que, do seu ponto de vista, este é um método despropositado atendendo ao número de membros.

Susana Gaspar passou a responder às questões colocadas, afirmando que a Direção também é composta por voluntários. Na parte dos esclarecimentos, informou que o Fundo de Apoio às Estruturas foi aumentado, visando uma efetiva aproximação da Equipa às estruturas operacionais locais.

Por seu turno,

Pedro Neto deu diversos esclarecimentos sobre o caminho percorrido em vista da elaboração do PAO, no qual foi possível contar com a participação das estruturas. Defendeu que o voto electrónico se deve utilizar nas assembleias em que seja abrangido um número grande de membros, mas não em assembleias com poucos membros.

Teresa Nogueira deu os parabéns à Equipa Executiva pela qualidade do Plano de Atividades apresentado e em discussão, congratulando-se com o facto de nele ser quantificado especificadamente o valor de cada uma das ações. Salientou que a Equipa Executiva faz um trabalho que o voluntariado não tem hipótese de fazer. E, a propósito das verbas afetas a remunerações, disse achar natural que se deem melhores condições aos trabalhadores da AI.

Brigitte Gonçalves teceu algumas considerações sobre a subjetividade do “barato e do caro”, e, acerca do *STAFF*, afirmou que atualmente a sua opinião é claramente melhor. Relativamente ao PAO, manifestou apreço pela sua minúcia e pormenor, e salientou também a participação das estruturas na sua elaboração. Pronunciou-se ainda sobre a questão do voto eletrónico e a sua consagração ou não nos estatutos, e sobre as exigências atinentes às garantias de confidencialidade e transparência.

Luís Braga interveio para exprimir o seu acordo com a posição da Brigitte Gonçalves, e tecer várias considerações a propósito de uma deslocação da Presidente da Direção a Viana Castelo, que teria acabado por não se realizar.

António Elói referiu-se à questão da disponibilização das atas da Direção e ao secretismo que rodeia estes documentos, e voltou a defender que considera o número de funcionários excessivo, tal como as despesas da sede, declarando não concordar com os 65% que estão a ser pagos em despesas de pessoal.

Susana Gaspar agradeceu os elogios ao PAO, do mesmo passo que enfatizou o facto de o mesmo estar a ser atempadamente apresentado. E passando a defender-se das acusações que lhe tinham sido dirigidas pelo Luís Braga na sua intervenção, negou que as atas tivessem sido alguma vez recusadas pela Direção a qualquer membro, mais tendo adiantado que a documentação pedida pelo membro Luís Braga lhe tinha sido fornecida, e, bem assim, lhe seriam fornecidos, ainda naquele dia, quaisquer outros elementos que este pretendesse.

Pelas 13.10 foram suspensos os trabalhos para período de almoço.

Às 15.00 foram retomados os trabalhos no Ponto 4

O PMAG deu conhecimento à AG da apresentação à Mesa de uma delegação de voto, que foi considerada regulamentar e, por isso, aceite pela MAG. O documento respetivo fica anexo à presente ata. (Anexo 6)

Pedro Neto pediu a palavra, que lhe foi concedida, e, no uso da mesma, continuou a esclarecer as questões colocadas em anteriores intervenções. Abordou nomeadamente a questão da votação eletrónica, referindo que se trata somente de uma demonstração, sem qualquer tipo de compromisso.

O PMAG deu conhecimento do teor de uma proposta de aditamento ao PAO formulada por Luís Braga (Anexo 7). A proposta foi admitida pela mesa.

O proponente, Luís Braga, defendeu a sua proposta.

António Elói, em nova intervenção, voltou a insistir na questão dos custos excessivos com os funcionários da Secção, trazendo à colação o que, do seu ponto de vista, ocorre nos serviços do Estado e das autarquias locais, muito inferiores comparativamente, disse, aos da AI. Referiu que, no futuro, esta questão terá que ser repensada.

O PMG lembrou que o assunto então em discussão era a proposta de aditamento ao PAO apresentada por Luís Braga, que nada tinha a ver com a matéria versada, de novo, por António Eloi, apelando para que se respeitasse os assuntos em discussão.

Lida a proposta, Susana Violante questionou se o que se pretendia com a proposta era a publicitação das atas ou só das decisões.

O PMG voltou a ler a proposta.

Susana Gaspar referiu-se a um aspeto da proposta referente à questão de saber qual o alcance da expressão “documentação necessária”, acrescentando que, por vezes, pode estar em causa um número muito elevado de documentos.

Luís Braga referiu que achava essencial ter acesso a toda a documentação. Disse que achava estranho que se utilizassem estes meios para ocultar factos.

Paulo Corte Real referiu-se aos propósitos do CF e de Responsabilização e, também, aos direitos dos membros.

Álvaro Pires, invocando prática anterior, defendeu que os documentos divulgados devem ser apenas os necessários, até por uma questão de custos, e concluiu que, no seu entender, a Direção tem respondido aos pedidos de documentação.

O PMAG colocou à votação o aditamento proposto por Luís Braga (Anexo 7), tendo-se registado a seguinte votação: 2 votos a favor, 12 votos contra e 4 abstenções. Face a este resultado da votação, a proposta de aditamento foi rejeitada.

Luís Braga contestou o critério utilizado pela Mesa na submissão da proposta a votação, respondendo-lhe o PMAG que tal critério decorre da competência exclusiva da Mesa.

António Elói, ainda uma vez mais, voltou a contestar o que entende ser o elevado valor de custos com o pessoal. Referiu-se ainda a questões, nomeadamente as relacionadas com o clima, que achava importante serem debatidas na AI.

Pedro Neto, em nova intervenção para esclarecimentos, referiu que 1,5% era o valor dedicado ao Fundo de Apoio, existindo outros apoios diretos às estruturas, incluindo apoios monetários, e que têm adequada previsão no PAO. A propósito dos funcionários, esclareceu que só existem 5 funcionários adstritos à parte burocrática. Agradeceu a disponibilidade manifestada por António Elói, e acrescentou que a campanha “Eu acolho” tem as valências referidas por aquele membro.

Ainda sobre esta temática, Susana Gaspar disse que existe possibilidade de todos os membros apresentarem propostas, e, bem assim, que alguns dos fundos colocados à disposição das estruturas não têm sido utilizados.

O PMAG salientou a riqueza das discussões suscitadas pelas intervenções dos membros, versando, simultaneamente, quer sobre o Plano, quer sobre o Orçamento, e abriu então a discussão de ambos os documentos na especialidade.

Luís Braga disse acreditar no discurso de Pedro Neto, tendo-lhe colocado várias questões, a saber: Desempenho do Pessoal; Ação com Vils; Carrinha; *Video mapping*; Programa de Visitas às Estruturas.

O PMAG perguntou se haveria mais questões, e, perante o silêncio da AG, passou a palavra a Pedro Neto que começou por se deter na explanação sobre as plataformas existentes, dizendo, a propósito da Avaliação de Desempenho do pessoal, que o respetivo processo está previsto no Programa de Desenvolvimento do Desempenho RH, cujo início ocorrerá a muito curto prazo. Sobre o projeto Vils, disse trata-se tão só de uma estimativa, a ser concretizada passo a passo, cujos valores dizem exclusivamente respeito a custos de materiais, não contemplando o custo do trabalho do artista. Relativamente à carrinha e ao *Videomapping*, trata-se também, disse, de meras estimativas, estando os respetivos projetos ainda em estudo. Por último, referiu-se às normas que existem em matéria de “política de interesses”.

José Tavares colocou questões, quer sobre a *wapp* móvel, em relação à qual pretendia obter mais pormenores, quer no tocante ao recenseamento das estruturas e ao que está a fazer-se sobre a “limpeza” de membros da BD.

Susana Gaspar respondeu, dizendo que sabe rigorosamente o número de membros que existem, e que uma atualização poderia vir a criar situações complicadas.

Pedro Neto explicou os objetivos do recenseamento das estruturas, e informou que o recenseamento de membros está ligado aos projetos *voice to voice* e viagem do ativista.

Paulo Fontes, referindo-se ao projeto da *wapp* móvel, disse que se trata de uma ferramenta muito procurada.

O PMAG questionou se havia mais alguma questão concreta sobre o orçamento.

Luís Braga referiu-se aos documentos comprovativos do pagamento de quotas.

Pedro Neto explicou por que só no fim do ano se passa o recibo, e por que motivo se passa apenas um recibo por ano.

Alexandra Fonseca recordou ser essa já uma questão antiga, em tempos comunicada a todos os membros, e que a passagem de um só documento anual reduz muito os custos, sem prejuízo de, quando sejam apresentados pedidos específicos para recibos parcelares, estes serem sempre fornecidos.

Paulo Fontes diferenciou os donativos e as quotas.

Alexandra Fonseca prestou esclarecimentos a esta questão, clarificando a sua resposta anterior.

O PMAG afirmou estar esgotado este ponto da Ordem de Trabalhos, e pediu a um elemento do CFR para ler o parecer deste órgão, o que foi feito, parecer este que fica em anexo. (Anexo 8) (Em falta)

O PMAG colocou de seguida à votação em simultâneo os dois documentos, Plano de Atividades e Orçamento, tendo-se registado a seguinte votação: 0 votos contra, 17 votos a favor e uma abstenção.

Passou-se ao ponto 5. Não havendo propostas, o PMAG deu a palavra a Paulo Fontes que, no uso da mesma, referiu as atividades previstas para a próxima semana em V. Castelo.

No ponto 6, respeitante à marcação da próxima AG, o PMAG referiu que no CG de Chaves foi aventada a data de 25 de março de 2017, perguntando se a data era aceite pela Assembleia. Não se verificaram discordâncias pelo que a data ficou decidida.

O PMAG agradeceu a participação de todos e a ajuda que teve na condução dos trabalhos.

Susana Gaspar disse, numa intervenção final, que se sentia ofendida pelas palavras que lhe tinham sido dirigidas por Luís Braga, apelando à sensibilidade das pessoas, e manifestando a esperança de que todos levassem esta reflexão para casa.

Pelas 16.40 foi encerrada pelo PMAG a sessão.

Por ser verdade, e para constar, lavrou-se a presente ata, que vai ser assinada pelos membros da MAG,

Assinaturas,